

UM ESTUDO SOBRE O *PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO*, NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O MUNICÍPIO DE RECIFE, NO PERÍODO DE 2008 A 2010.

Alessandra Medeiros Nunes

Orientadora: Márcia Ângela Aguiar
Universidade Federal de Pernambuco
alessandramedeiros.nunes@bol.com.br

Resumo: Este trabalho se insere na linha de pesquisa em Política Educacional e tem como finalidade um estudo sobre a ampliação do tempo escolar em relação à implantação do Programa Mais Educação nas escolas municipais do Recife. Sendo o referido programa uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação visa à universalização do acesso, a redução da evasão escolar e a melhoria nos rendimentos escolares de crianças e adolescentes, nas capitais e nas regiões metropolitanas das cidades brasileiras com mais de cem mil habitantes. Neste sentido, será considerado o diálogo com os atores envolvidos no Programa Mais Educação, entre duas a três escolas do município do Recife, no período de 2008 a 2010.

Palavras-chave: Programa Mais Educação; ampliação do tempo; evasão escolar.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a administração municipal de Recife tem incrementado a parceria com o MEC e introduzido programas federais como alternativas de incentivar as atividades complementares que ampliam a jornada escolar dos alunos da rede pública, associando ao ambiente sócio-cultural e buscando a melhoria da qualidade de ensino. Essa proposta de trabalho torna-se interessante quando se trata de compreender a ampliação desse tempo escolar, bem como dos impactos causados nas concepções de educação no município do Recife, enfatizando a construção sócio-histórica e cultural, através da investigação que se estabelece no contra-turno e como é absorvida pelas escolas, em termos de conquistas educacionais.

“Há que considerar que a universalização do ensino fundamental é conquista relativamente recente em nossa história da educação pública e a garantia do acesso, como matrícula e permanência, não é suficiente para que a escola cumpra sua função social, embora sejam condições básicas”. GONÇALVES, 2006

A educação vem enfrentando desafios e transformações que chamam atenção e abrem espaço para muitas discussões. Neste caso, venho observando que há quase dois anos, as escolas municipais do Recife estão experimentando a implantação do Programa Mais Educação do Governo Federal em nível de Educação Básica, na sua rede escolar. Essa oferta consiste de um período contra-turno para os alunos das escolas envolvidas no programa e, gradativamente, vem valorizando a recomendação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96:

Art. 34º. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§1º [...]

§2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

O Programa Mais Educação está inserido em uma das ações do PDE Plano de Desenvolvimento da Educação que tem como prioridade o incentivo a educação básica, como iniciativas que buscam o sucesso e a permanência do aluno na escola. Essa política pública proporciona o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas que tem como proposta de ampliação do tempo e do espaço educativo dos estudantes em escolas públicas. O Programa Mais Educação tem o apoio dos Ministérios da Educação, Esporte, Cultura e Desenvolvimento Social, e suas atividades são pautadas no aproveitamento do tempo escolar, com ações educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com a ampliação da jornada de trabalho e a oferta de novas atividades para que ocorra o horário funciona no contra-turno ao das aulas regulares. Este programa tem como alvo a diminuição da evasão escolar, a reprovação e distorção de idade-série. Um forte componente legal, também encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96:

Art.87 [...]

§5º. Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Outra justificativa se dá pelo fato de que muitas escolas da rede pública já estão inseridas no programa e vivenciam suas práticas experimentando novas formas de organização do tempo escolar, bem como o desafio de construir e desenvolver sua proposta curricular aprendendo a dialogar com os atores do programa compartilhando suas inseguranças, seus medos e suas angústias sobre as responsabilidades assumidas, como também o prazer, o compromisso social e a esperança de tentar inserir na escola praticas significativas para o processo de aprendizagem que vão além dos muros escolares. Isso não leva de modo algum para um lado desanimador da pesquisa, pois ela pretende se alinhar com a real necessidade do tema em estudo.

Com o propósito de abrir espaço para buscar subsídios que embasem a implantação da jornada de contra-turno e a possível perspectiva de descentralização do ensino incrementada na proposta federal do Programa Mais Educação, será necessário uma revisão bibliográfica a fim de ordenar teoricamente e historicamente os diversos aspectos sobre a implantação desse programa nas escolas municipais do Recife.

Reunimos aqui uma proposta temática pela qual pretendo dedicar seriedade e compromisso na busca de resultados, porque considero o estudo como algo relevante e atual, principalmente por se tratar de uma iniciativa de política pública, em nível federal, voltada ao incentivo da educação de qualidade. Partindo do pressuposto de que é na escola que ocorrem a convivência de sujeitos sócio-culturais, como também o acesso as diversidade de vivencias que envolve a proposta curricular, articulando o conhecimento escolar com os saberes de vida

prática, senso comum e as diferentes formas de linguagem que revelam limitações e explicitam uma visão geral da política educacional.

PROBLEMATIZAÇÃO E HIPÓTESES

Propomos a inferência para o seguinte problema: Quais os impactos causados pelo Programa Mais Educação para a política pública educacional do município do Recife no que se refere às condições reais de implementação do contraturno em relação ao financiamento e as expectativas geradas pelas escolas municipais, nos efeitos e resultados do programa, objetivando a qualidade de ensino?

Segundo *Paro, 1988*, hoje quando se coloca a proposta de tempo integral, as questões sociais tendem a sobrepor-se à dimensão pedagógica. Diante desta proposição problemática levantamos três hipóteses: a primeira delas se refere à concepção que os atores tem sobre a funcionalidade do contraturno nas escolas municipais que aderiram ao programa e sua eficiência em uma política pública que gera participação coletiva da comunidade, dos representantes escolares e dos políticos municipais; a outra é sobre os resultados obtidos com a implantação do programa que divergem dos resultados em relação ao índice de evasão escolar; e, por fim, a forma de utilização do financiamento para a implantação do Programa Mais Educação nas escolas municipais do Recife tem trazido melhoria para a qualidade de ensino e tem facilitado as ações políticas educacionais no município do Recife.

OBJETIVO GERAL

Compreender como o Programa Mais Educação considera a otimização do espaço físico para o bom atendimento dos estudantes, bem como vem trabalhando para a qualidade de ensino envolvendo seus atores (monitores, gestores, professores, coordenadores, funcionários, alunos e família) a fim de justificar o investimento e a implantação da jornada de contraturno, como uma política pública educacional, que traz melhorias para o contexto das escolas municipais do Recife.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a situação dos espaços educacionais e do atendimento em relação à oferta de atividades do Programa Mais Educação nas escolas escolhidas.
- Relatar como o Programa Mais Educação tem adequado sua funcionalidade com o contraturno de acordo com as reais condições das escolas municipais envolvidas no projeto.
- Dialogar com os atores do Programa Mais Educação que trabalham no contexto municipal das políticas públicas educacionais visando a elevação do nível de qualidade da educação no município do Recife.
- Avaliar a efetividade da melhoria dos rendimentos escolares para os estudantes no Programa Mais Educação da Rede Municipal de Recife, no período entre 2008 e 2010.
- Apontar a possibilidade de uma análise para a política pública educacional no que se

refere à ampliação ou não do investimento para funcionalidade do Programa Mais Educação.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Ministério da Educação vem, gradativamente, investindo esforços para incentivar a proposta do tempo integral nas escolas brasileiras. Historicamente é um grande desafio, desenvolver práticas pedagógicas para estudantes culturalmente, heterogêneo na qual vivem em comunidades de diferentes meios culturais e buscam a construção de algo comum para todos.

Quando se trata de ações que envolvem o PDE Plano de Desenvolvimento da Educação, ficamos surpresos com inúmeras iniciativas do governo federal para que a educação melhore cada vez mais. Já afirmava Neves 1999, exemplificando:

A educação passando a se configurar como uma política social do Estado, consubstanciou-se em direito social, em direito de cidadania de pertencimento a uma ordem jurídico-política democrática. Esse direito social, no entanto, agora implicado, resguardou os limites impostos pelo processo inicial de democratização do Estado e da sociedade. A ela foi atribuído, então, um papel na qualificação para o trabalho, passando a ter o nosso sistema educacional, em nível constitucional, um papel econômico definido. NEVES, 1999. p.102

Assim, em termos de políticas públicas de educação do governo federal, a aprovação do Programa Mais Educação em abril de 2007, teve como objetivo a melhoria da educação nacional propondo metas para um período de 15 anos, dando prioridade a educação básica, prevendo ações em conjunto com estados e municípios brasileiros. Visto que o PDE inseriu este programa visando a ampliação de tempo e espaço educativo dos alunos das redes, conforme a portaria Normativa Interministerial Nº 17 e 19, que instituiu para o Programa Mais Educação a fomentação de educação integral de crianças e adolescente, estabelecendo as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Educação e o Ministério de Esporte, com o objetivo de definir critérios visando a construção de quadras esportivas ou infra-estruturas esportivas em espaços escolares (Rede de Saberes, 2008). Neste aspecto não se trata apenas de um simples aumentos de tempo que já é ofertado, mas sim de um aumento qualitativo e quantitativo do processo de ensino-aprendizagem.

Como se pode perceber, este programa tenta construir uma nova lógica para a organização escolar em relação a ampliação do tempo escolar nas escolas. O próprio ambiente social é uma escola e assim deve ser considerado pelos atores que os enxergam como aprendizes constantes. O entorno da escola envolve processos de reconhecimento e valorização do espaço de acordo com a disponibilidade de cada lugar. Esta opção, envolve a abertura física e cultural dos portões das escolas para o bairro, o entorno e as comunidades, adotando praticas pedagógicas adequadas a realidade e contexto sócio-cultural dos estudantes. Atualmente, a função institucional da escola se vê impedida de realizar as propostas, devido as reais condições que estão fora da escola, a fim de estimular o cidadão a participar da vida política e contribuir para o crescimento da nação. Sobre essa questão, Vitor Paro (1988) fez algumas interessantes abordagens:

... mas o adjetivo integral ainda não diz respeito à extensão do período diário de escolaridade e sim ao papel da escola em sua função educativa. PARO, 1988, P.190

A complexidade do tema se torna ainda mais abrangente se levados em consideração que é mais uma estratégia pública na tentativa de contornar os problemas sociais causados pela marginalidade. Percebe-se que os programas para tempo integral foram pensados a partir da concepção de que é necessário investir em soluções para os problemas educacionais e sociais.

Hoje quando se coloca a proposta de tempo integral, as questões sociais tendem a sobrepor-se à dimensão pedagógica. PARO, 1988, P.192

Nessa concepção de um novo olhar para o tempo integral reafirma que educação é um direito de todos e abrange as dimensões formativas do sujeito, portanto trona-se inviável conformar-se apenas com o espaço físico escolar, como também conformar-se com um período diário de aula, por isso pressupõe que o alargamento de tempo e espaço vinculados a escola são condições necessárias para a melhoria dos processos de aprendizagem e de ensino. A exemplo dessa tendência, temos a proposta de descentralização prevista para análise do desenvolvimento do programa no município do Recife. Retratando a capacidade do município se disponibilizar para enfrentar as dificuldades, as condições específicas e assumir as responsabilidades que envolve o programa. Como afirma Costa, 1997:

“A descentralização pedagógica tem como objetivo principal trazer para o espaço da escola a reflexão sobre o ensino e a busca de alternativas para superar o fracasso escolar, situação crônica nas redes de ensino público do País. Nessa perspectiva, a descentralização pedagógica concorrerá para a autonomia escolar à medida que a escola for capaz de formular propostas específicas a partir do conhecimento da situação local.” COSTA, 1997, p.46

Contudo é importante salientar que inserir o tempo integral parte do principio de que é um investimento na formação integral do aluno, que amplia e diversifica o currículo, dando autonomia as escolas para integrá-lo as diversas áreas de atuação do Programa Mais Educação. Conforme afirma Azanha in Costa(1993):

A autonomia da escola é algo que se põe com relação à liberdade de formular e executar um projeto educativo. AZANHA, 1993 p.46 (in Costa)

A experiência acumulada no campo educacional que evidenciam a amplia o tempo da infância e da adolescência, seu direito a educação de qualidade, ao acesso a cultura e a dignidade sobre as necessidades que formam os sujeitos, bem como identificam os recursos pedagógicos, administrativos e financeiros para seu funcionamento. Essa formação envolve configurações de condições para existência tanto nas dimensões afetivas, éticas, estéticas, social, políticas, cognitivas e culturais.

FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As concepções voltadas para pesquisa educacional são muitas vezes colocadas em discussão pelos teóricos e autores que discutem formas inesgotáveis para realizações de pesquisas, como afirma Santos Filho (2009) em uma de suas conclusões:

“... Diversas questões ainda requerem respostas mais convincentes e muitas alternativas precisam demonstrar sua validade teórica na prática. Por meio da testagem e validação de suas teorias e metodologias, as ciências humanas e da educação avançarão em seu processo de desenvolvimento para a plena maturidade teórico-metodológica. SANTOS FILHO, 2009, p.53

Neste caso, torna-se incontestável a preocupação de realizar um estudo que apresentasse uma proposta instrumental de contexto teórico e reflexões metodológicas que aprimore a pesquisa em destaque. Pensando assim, levanto a ideia de realizar uma análise temática, com processos de produções de conhecimento baseado nas abordagens quantitativas e qualitativas, segundo Gonçalves 2006:

“Há que considerar que a universalização do ensino fundamental é conquista relativamente recente em nossa história da educação pública e a garantia do acesso, como matrícula e permanência, não é suficiente para que a escola cumpra sua função social, embora sejam condições básicas”. GONÇALVES, 2006

Qualitativa porque a medida que for interpretando e contextualizando os dados obtidos no estudo poderemos perceber a dinâmica do contexto funcional, social e político. Quantitativa porque a medida que os dados for sendo inseridos são articulados a uma maior compreensão do funcionamento das políticas educacionais e, ambos os processos de produção se manifestarão de acordo com a necessidade de uma produção com material teórico esclarecedor que visa apreender a atuação do governo na qualificação das experiências educativas: (1) levantando material bibliográfico para leitura e análise das corretas identificações na pesquisa, da forma mais fidedigna possível, interpretando e tratando os dados, buscando esclarecer as constatações obtidas (2) identificando historicamente as concepções práticas do tempo integral no final do século XIX e no decorrer do século XX, até os dias de hoje. (3) desenvolvendo as concepções práticas do contra-turno que evidenciam as políticas públicas do município do Recife. (4) analisando os dados e indicadores teóricos para implantação do programa a partir de critérios pré-estabelecidos. Como aborda Ivani Fazenda, 2000 na publicação sobre Metodologia da Pesquisa Educacional:

... o pensar interdisciplinar parte da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. Tenta, pois, o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpretar por elas. FAZENDA, 2000.

O contexto investigativo tem interesse de ampliar o conhecimento da pesquisa teórica através do trabalho de campo que deverá buscar a compreensão dos componentes que envolvem o Programa Mais Educação:

- Impactos do Programa Mais Educação para as políticas educacionais do município do Recife.

- A necessidade de implantação deste programa nas escolas do município do Recife.
- Alunos e monitores (atores) envolvidos no programa.
- Organização dos horários das atividades no contra-turno.
- Condição da ampliação dos espaços físicos, do tempo e de oportunidades educativas.
- Formas de ofertas das atividades educacionais.
- Comentários sobre a redução da evasão escolar, da repetência e da distorção de idade-série.
- Administração dos recursos financeiros que chegam até a escola.
- Modificação na prática da rotina escolar e formas de acomodar a realidade em que está inserida.

Dadas as condições objetivas e complexas requeridas para um trabalho como este, torna-se interessante compreender a ampliação desse tempo escolar através da pesquisa exploratória. Usaremos para a metodologia, dentre outros as abordagens de *Fazenda 2010 (org)* que em sua mais recente obra sobre pesquisas interdisciplinares, oportuniza aferir ao cotidiano a essencialidade das práticas de pesquisas de forma descritiva, possibilitando obter dados sobre o perfil dos participantes, conhecendo sua funcionalidade e identificando as consequências da implementação do contraturno no Programa Mais Educação, para o município do Recife.

O Campo de pesquisa

Após um mapeamento sobre o contexto de funcionamento do Programa Mais Educação, será selecionado, de duas a três escolas municipais do Recife, que aderiram ao programa desde sua implementação em 2008 e que permaneça até o ano 2010. Consideraremos este período como parte da análise metodológica da pesquisa a compreensão sobre a eficiência da política pública educacional estabelecida tanto para o financiamento deste programa, bem como a absorção da proposta para a melhoria da educação no município.

Os Atores da pesquisa

O universo da pesquisa buscará envolver os atores (monitores, gestores, professores, coordenadores, funcionários, alunos e familiares) que participam do programa e este diálogo se dará por meio de entrevistas do tipo semi-estruturadas, visando uma melhor compreensão das concepções sobre a funcionalidade do contraturno nas escolas municipais e as expectativas geradas pela implementação do programa. Bem como o acompanhamento das articulações referentes às ações do programa para a formação integral dos alunos, a fim de coletar informações com a gerência responsável pelo programa no município, buscando dialogar com a Gerência de Formação Continuada e órgãos públicos municipais ligados ao assunto.

A Coleta de dados

Neste estudo serão delimitados os seguintes instrumentos de coleta de dados: análise documental, questionário sociográfico, entrevista semi-estruturada e observação.

- *Análise documental*

A consulta aos documentos no que se refere à proposta do Programa Mais Educação, o Decreto Municipal para o contraturno, o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) e os Diários de Classe usados pelas escolas para verificação dos índices de rendimento escolar dos estudantes, serão para verificação e obtenção de dados a fim de contribuir com o trabalho de pesquisa, contemplando as informações que serão obtidas por outros instrumentos.

- *Questionário sociográfico*

Este questionário será um instrumento de coleta a fim de identificar as características principais dos participantes do programa, como: idade, nível sócio-econômico, formação acadêmica e atividade que desenvolve no programa.

- *Entrevistas semi-estruturadas*

Dedicar-se na elaboração de entrevistas semi-estruturadas para análise dos dados, pois deixa o entrevistado mais a vontade para expor suas experiências vividas no programa, pois ela amplia o conhecimento a respeito da subjetividade dos atores da pesquisa, quando considera o contexto as informações utilizadas nos diálogos.

- *Observação*

Com o propósito de enriquecer o presente estudo, será utilizada observação no sentido de complementar as informações obtidas nas entrevistas, mesmo tendo a compreensão sobre a observação não se trata do principal método de pesquisa, mas de uma habilidade sistemática diária que pode ser aplicada numa pesquisa qualitativa. Neste caso, a vantagem da observação é a associação aos momentos de entrevistas, que irão desde o contato direto com os atores a estrutura do ambiente e sua funcionalidade.

A Análise dos dados

Para análise dos dados usaremos a metodologia de inferência e interpretação dos conteúdos que trata os dados coletados a partir dos referenciais teóricos, buscando delimitar as evidências para a questão inicial do estudo e as hipóteses, fazendo a correlação dos resultados. Para tal, usaremos como referencial teórico os textos de Bardin e Castro, a fim de analisar os resultados de forma sistemática.

A escolha da metodologia usada nesta pesquisa exploratória se justifica por tratar de um programa em plena atividade escolar e que é vivenciado diariamente com os estudantes de escolas municipais. Portanto a escolha pela abordagem quantitativa-qualitativa com tratamento das informações e organização dos dados através de análises descritivas terá uma ótica interdisciplinar para a construção das informações de forma coletiva e que forneça um conhecimento de contribuição para a visão do todo, no que se refere o Programa Mais Educação. Como aborda *Fazenda 1997* o pensar interdisciplinar parte da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. Tenta, pois, o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpretar por elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BRASIL. Rede de Saberes Mais Educação: Pressupostos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral: caderno para professores e diretores de escolas. - 1ª Edição, - Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL/ LDBEN. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- CAVALIERE, A. M. V. (2002, dezembro). Educação Integral: uma nova identidade para escola brasileira? *Educação & Sociedade*, 23, 247-270.
- COSTA, Vera Lúcia Cabral (Org.) Gestão Educacional e descentralização. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- DOURADO, Luiz Fernandes. OLIVEIRA, Dalila.(ett al). Políticas e Gestão: novos marcos regulatórios da educação do Brasil. São Paulo: Xamã, 2009.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GONÇALVES, Antonio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. *Cadernos Cenpec. Nº2 – Educação Integral – 2º semestre 2006*.
- LUNKES, A. F. Escola de tempo integral: marcas de um caminho possível. Dissertação de Mestrado: UCB, Brasília, DF, 2004.
- MAINARDES, J. (2006, janeiro/abril) Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, 27, 47-69.
- MOLL, J. (Org.). Educação Integral: texto referência para o debate nacional. Brasília, DF: MEC, Secad.
- NEVES. Lúcia Maria Wanderley. Educação e Política no Brasil hoje. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- PARO, Vitor. Escola de Tempo Integral: Desafio para o Ensino Público. São Paulo: Cortez, 1988.
- SANTOS FILHO, José Camilo dos. GAMBOA, Silvio Sánchez (Org). Pesquisas educacionais: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 2009.